



"Individuais" e "coletivos" entre florestas de eucalipto e castanha: representações e usos da terra em uma comunidade do Vale do Jari.

Juliana Leide Marques Bentes Barreto, Luciana Gonçalves De Carvalho e Luciana Gonçalves de Carvalho

Esta pesquisa consiste em uma etnografia do conflito agrário e socioambiental na comunidade agroextrativista Repartimento dos Pilões, situada entre florestas nativas e florestas plantadas de eucalipto no Vale do Jari, em Almeirim/PA. Vivendo tradicionalmente do extrativismo, sendo a castanha atualmente o principal recurso coletado, e também da agricultura em pequena escala, Repartimento dos Pilões abriga dois grupos heterogêneos que se autodefinem “individuais” e “coletivos”. Esses termos expressam, em primeiro plano, a divergência dos grupos quanto às expectativas de direitos de posse, propriedade e uso da terra: enquanto os “individuais” esperam obter títulos particulares dos terrenos que ocupam para moradia e agricultura, os “coletivos” reivindicam um modelo de regularização fundiária que garanta o domínio sobre extensões de terra correspondentes a áreas de moradia e uso coletivo. Em outros planos, aqueles termos expressam distintas representações e formas de uso da terra e dos recursos naturais que coexistem na comunidade. Nos últimos anos, as diferenças entre os grupos se tornaram objetos de contendas comunitárias que alimentaram um conflito agrário e socioambiental mais amplo que envolve o Estado, organizações não governamentais, igrejas e a iniciativa privada, representada pelo Grupo Jari, que detém terras onde cultiva eucalipto para produção de celulose. O objetivo da etnografia, então, foi compreender os modos pelos quais “individuais” e “coletivos” se articulam e agem, com os diferentes atores envolvidos, em defesa de suas expectativas de direitos. A metodologia utilizada aproximou-se de uma etnografia do conflito, nos termos de Little (2006), que envolveu trabalho de campo, observação direta e entrevistas realizadas na comunidade, da análise e sistematização de dados e documentos obtidos ao longo do trabalho. Observamos que a estratégia acionada pelos “coletivos”, de reivindicar a criação de uma reserva extrativista (Resex) para garantir o uso coletivo da terra e, ao mesmo tempo, deter o avanço do desmatamento causado pela Jari, foi compreendida pelos “individuais” – moradores mais recentes que obtiveram terras por meio do arrendamento – como uma tentativa de expulsá-los da área, porque não se encaixam no perfil de beneficiários de uma Resex. Assim, cada grupo se autorrepresenta como sujeito de um modo de vida, colocando-se ambos como sujeitos de direitos distintos sobre uma mesma área até então compartilhada, de forma a prolongar um conflito que é emblemático do atual caos ambiental e fundiário que assola o território amazônico.